



Entre o Sagrado e o Profano: aspectos da Paisagem Cultural de Ouro Preto

Between the Sacred and the Profane: aspects of
the cultural landscape of Ouro Preto

*Fernanda Alves de Brito Bueno¹, Universidade Federal de
Ouro Preto, arquitetafernandabueno@gmail.com*

1 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Isabela Hendrix. Especialista em Revitalização Urbana e Arquitetônica pela UFMG e Mestre em Ciências da Engenharia Civil pelo Propec/DECIV/Escola de Minas-UFOP. Atualmente é professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas da UFOP e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG.

RESUMO

O trabalho apresenta uma análise da paisagem cultural do centro histórico de Ouro Preto, a partir da origem do tecido urbano, considerando as igrejas como elementos condicionantes na conformação da cidade colonial. Ouro Preto foi escolhida como estudo de caso por se tratar de um sítio relevante, com valores patrimoniais que ultrapassam as questões históricas e estéticas, adquirindo importância ambiental, paisagística e cultural. Além disso, a cidade tem sofrido com o desenvolvimento urbano, ocupações e novos parcelamentos, o que justifica estudos dessa natureza, considerando a dinâmica da cidade e a necessidade de se pensar novos mecanismos de gestão, instrumentalização e conservação dos núcleos urbanos patrimoniais. É certo o desafio de se estabelecer instrumentos de reconhecimento e conservação da paisagem como patrimônio, e muitas são as abordagens possíveis, sendo assim, não há pretensão em esgotar o assunto, mas debater sobre o tema, através de um recorte específico. A paisagem cultural é aqui entendida no contexto da "Nova Geografia Cultural", para além dos aspectos físicos, ao considerar o espaço simbólico e a importância do homem na construção, transformação e (re)significação dessa paisagem. A partir de uma abordagem historiográfica, que contempla a gênese do tecido urbano e suas transformações, alguns espaços são analisados em suas diversidades e identidades, do sagrado ao profano, através da apropriação e de dinâmicas sócio-espaciais dos sujeitos ao longo da história.

Palavras Chave: Paisagem Cultural; Ouro Preto; Tecido Urbano; Conservação.

ABSTRACT

This work presents an analysis of the cultural landscape of the historical center of Ouro Preto, from the origin of the urban fabric, considering the churches as conditioning elements in the colonial city conformation. Ouro Preto was chosen as a case study because it is a relevant site, with heritage values that go beyond historical and aesthetic issues, acquiring environmental, landscape and cultural importance. Besides that, the city has undergone urban development, occupations and new installments, which justify studies of this nature, considering the dynamics of the city and the necessity to think about new management mechanism, instrumentalization and urban heritage conservation. The challenge is to establish tools for recognizing and conserving the landscape as heritage, and many are the possible approaches, therefore, there is no pretension to exhaust the subject, but discuss about the topic through a specific cut. Here, the cultural landscape is understood in the "New Cultural Geography" context, beyond physical aspects, when considering the symbolic space and the importance of the man in the construction, transformation and (re) signification of this landscape. Based on a historiographical approach, which contemplates the genesis of the urban fabric and its transformations, some spaces are analyzed in their diversities and identities, from the sacred to the profane, through the appropriation and socio-spatial dynamics of the subjects throughout history.

Keywords: Cultural Landscape, Ouro Preto, Urban Fabric, Conservation

INTRODUÇÃO

Certamente precisamos voltar ao passado para entender o presente, sobretudo quando se pretende discutir a conservação da paisagem em centros históricos. A categoria de paisagem é considerada desde o início dos movimentos preservacionistas no Brasil, quando se cria o SPHAN e se estabelece o tombamento como instrumento de preservação, através do Decreto Lei nº25 de 1937, instituindo entre os quatro livros de tomo: o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Entretanto, como descreve Ribeiro (2007), a trajetória da Instituição revela imprecisão do conceito e atuação pouco efetiva nas ações e instrumentos relativos à paisagem como patrimônio. Ainda segundo o autor, o debate se amplia recentemente com a terminologia de Patrimônio Cultural e muito se precisa refletir e debater para que se estabeleça estratégias para valorização da paisagem como instrumento de preservação do patrimônio cultural. Esse termo tem sido recorrente em diversas disciplinas, mas segundo Ribeiro (2007) é na geografia que o conceito de paisagem cultural tem sido debatido desde o final do século XIX. É certo que o conceito é complexo e possui diversas abordagens, mas segundo o autor:

Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas (RIBEIRO, 2007, p.9).

Como estudo de caso foi escolhida a cidade de Ouro Preto, por se tratar de um sítio urbano de grande relevância patrimonial, não apenas pelo caráter histórico e estético de seu conjunto arquitetônico e urbanístico, mas também pelos valores ambientais, paisagísticos, arqueológicos e culturais.

Ao analisar morfologicamente a gênese do tecido urbano de Ouro Preto é clara a presença das igrejas como condicionante deste traçado e conseqüentemente referência e destaque em sua paisagem. E neste contexto, a pesquisa se inicia com uma abordagem historiográfica da formação urbana da antiga Vila Rica, para melhor entender sua história, morfologia urbana e aspectos simbólicos.

O trabalho apresenta uma análise geral e macro da paisagem do centro histórico de Ouro Preto, a partir da origem do tecido urbano, de sua evolução e conseqüente transformação, para em seguida estabelecer estudos mais pontuais. O traçado urbano original é marcado pelo estabelecimento de espaços públicos, como largos e praças, junto às igrejas e capelas. Alguns destes espaços foram aqui investigados em suas diversidades e identidades, do sagrado ao profano, parafraseando Murilo Marx (1988), através da apropriação e do reconhecimento das dinâmicas sócio-espaciais dos sujeitos ao longo da história.

A pesquisa se justifica tendo em vista o desafio da preservação desse Sítio Patrimonial, considerando, sua dinâmica, desenvolvimento e expansão urbana. Este trabalho busca a reflexão das seguintes questões: Como o Patrimônio, através de seus elementos materiais e imateriais constituem a paisagem cultural?; e de que forma estas questões interferem na conservação desta mesma Paisagem?

Este artigo não tem como objetivo debater o conceito amplo de paisagem cultural e portanto, permita-se que não se explore o tema em toda sua complexidade, mas torna-se pertinente apontar algumas abordagens, a partir da geografia, para fundamentação deste trabalho.

A primeira de caráter mais positivista, desenvolvida por Carl Sauer no princípio do século XX, nos EUA, foi denominada "Geografia Cultural" e se baseia no "método morfológico de análise da paisagem", sendo essa analisada através de suas formas materiais, considerando como os artefatos materiais provenientes da cultura humana transformam essa paisagem (RIBEIRO, 2007). Influenciado pela geografia alemã, incorpora conceitos de paisagem natural e paisagem cultural, essa última transformada pela atividade humana; além do entendimento do estudo da paisagem a partir de aspectos necessariamente materiais (GOMES, 1996:231; MENDONZA, 1982:75, apud RIBEIRO, 2007).

Já a segunda abordagem considera o aspecto simbólico e subjetivo da paisagem, cuja raiz se encontra na "geografia humanista", que surge em 1960 (RIBEIRO, 2007). Os geógrafos do movimento humanista consideram a paisagem para além dos aspectos físicos, reconhecem os valores humanos em suas ações e em suas percepções sobre o meio. A paisagem é assim vista como documento de um "processo civilizatório" (English; Mayfield, 1972:07, apud RIBEIRO, 2007). Surge em 1980 um grupo, que embora não estivesse ligado aos humanistas, renovam a Geografia Cultural, incorporando os valores simbólicos da paisagem (RIBEIRO, 2007).

No contexto da "Nova Geografia Cultural" se destaca James Duncan, ao criticar o conceito de cultura defendido por Carl Sauer, como algo concreto, material (SILVA; RIBEIRO, 1999, apud RIBEIRO, 2007).

Mas as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão enextricavelmente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade (DUNCAN, 1990, apud RIBEIRO, 2007, p. 23).

Na citação acima fica claro como James Duncan considera a subjetividade e a abertura na interpretação da paisagem. Conforme aponta Ribeiro (2007), o autor possui influência do antropólogo Clifford Geertz, quando considera a cultura como significados de uma produção humana, cuja análise é uma ciência interpretativa.

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1989, p.4).

Nesta pesquisa considera-se os princípios da "Nova Geografia Cultural", por ser uma abordagem atual e pertinente, ao analisar o espaço para além dos aspectos físicos, considerando os aspectos simbólicos e a importância do homem como agente na construção, transformação e (re)significação dessa paisagem.

Muitos são os caminhos possíveis e abordagens necessárias no estudo da paisagem cultural, ao incorporar este conceito em trabalhos relacionados à preservação e conservação de sítios históricos. Sendo assim, não se pretende aqui esgotar o assunto, mas debater e refletir sobre o tema, através de recorte específico e a partir de alguns referenciais teóricos.

ELEMENTOS CONDICIONANTES DA ORIGEM DO TECIDO URBANO EM OURO PRETO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Segundo depoimentos do Sargento-Mor José Rabelo Perdigão, na época secretário do governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá Meneses, os primeiros bandeirantes saíram de São Paulo em 1694, mas foi através de Taubaté, que a Bandeira de Manuel Garcia em 1696 descobriu na vertente dos córregos do Tripuí e Passa-Dez o Ouro Preto. No ano seguinte, a Bandeira de Antônio Dias descobre ricos depósitos de ouro na outra vertente, em local que recebe seu nome, e por fim, a Bandeira do Padre João de Faria Fialho chega aos córregos provenientes do Itacolomi (LIMA JÚNIOR, 1978).

Pode-se afirmar que a ocupação urbana decorrente da descoberta do ouro e diamante se deu ao longo da Serra do Espinhaço, que "corre de norte a sul por uma linha quase meridiana, que, passando pelo Rio de Janeiro, Ouro Preto até Diamantina, separa as águas da Bacia do Rio Doce, a este, das do São Francisco, a oeste" (LIMA JÚNIOR, 1978, p.43).

Ao longo dos afluentes da bacia do Rio Doce surgem os primeiros povoados mineiros, cuja população foi atraída pela exploração aurífera. Os arraiais de origem se estabeleceram em terrenos acidentados e embora as condições topográficas fossem importantes na consolidação do núcleo urbano, a criação da vila se justificava pela riqueza das jazidas de ouro e conseqüente prosperidade do comércio (FONSECA, 2011), análise esta que se confirma na leitura do Termo de Ereção de Vila Rica.

O Termo de Ereção de Vila Rica é registrado em oito de julho de 1711, inicialmente como Vila Rica de Albuquerque, "para que seus moradores e os mais de todo districto podessem viver arreglado, e sujeitos com toda alva forma ás Leis da Justica" e ainda "attendendo ás riquezas que promettiam as minas que ha tantos annos lavram nestes morros e ribeiras e ser a parte principal destas minas, aonde acode o comércio e fazendas (...)". O documento assim determina que no Arraial das Minas Gerais de Ouro Preto "junto com o de Antônio Dias se fundasse a Villa pelas razões referidas, pois era sitio de maiores conveniências que os povos tinham achado para o commercio" (DRUMMOND, 2011).

Em relação ao relevo Vasconcellos (1956, p.99) destaca:

A topografia de Vila Rica é, por assim dizer, bastante imprópria ao estabelecimento de uma povoação. Terrenos planos naturais são praticamente inexistentes e a sua obtenção, por aterros ou desaterros, é dificultada ao extremo pela dureza geral do solo.

Conforme aponta Lima Júnior (1978) o local onde se desenvolve a antiga Vila Rica era coberta por matas de árvores colossais, que foram sendo derrubadas com dificuldade, para instalação dos primeiros povoados. O autor cita que em 1700, entre pequenos povoados, se destacavam o Arraial de Ouro Preto, na vertente do vale onde hoje se encontra a Matriz do Pilar, e o Arraial de Antônio Dias, ambos ligados por um caminho ao longo de uma mata.

Os povoados, com exceção aos citados antigos pousos de bandeiras, surgem em chamados "ranchos de tropa", onde se estabelece o comércio e primitivas capelas, mais tarde substituídas por templos maiores e mais sólidos. Eram nesses arraiais, que em Portugal se entende por "ajuntamento para festas religiosas", que os mineradores começam a construir casas para passar o final de semana, constituindo assim "centros da vida civil, religiosa, social e econômica da capitania" (LIMA JÚNIOR, 1978, p.38).

Ao conceituar o termo "arraial", Fonseca (2011) descreve que na colônia o termo se referia a construção rudimentar para guarda de mercadorias dos viajantes; ou mesmo de forma geral, local para "pouso" dos bandeirantes. Já no século XVIII, o termo se associa aos povoados mineradores que se consolidam.

Santos (1951) informa, com base em pesquisa nos aforamentos, que em 1711 praticamente todos os arraiais estavam formados, já com as denominação dos bairros atuais. Segundo o autor, esses povoados se davam ao redor de capelas provisórias, e seus adros e caminhos interligados, forma o traçado primitivo.

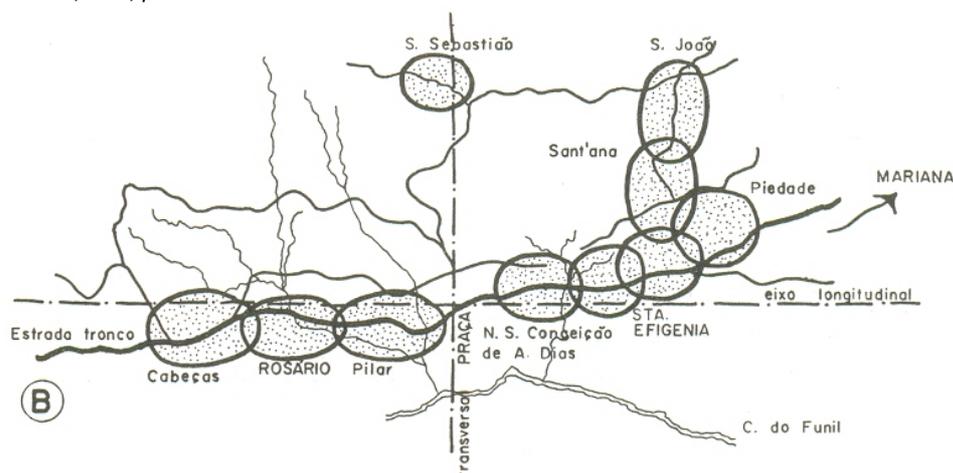
O tecido urbano se configura de forma linear através da integração de diversos arraiais, que resultaram no estabelecimento da "estrada tronco", sendo gradativamente corrigido em caminhos de topografia mais adequada e seguindo novos rumos da mineração. "Tôdas as Igrejas e edifícios principais da Vila balizam esta rua tronco com poucas exceções" (VASCONCELLOS, 1956, p. 111)

Vasconcellos (1956) descreve que a estrada tronco se inicia ao entrar na Vila pelo Passa-Dez, subindo para as Cabeças, descendo a vertente em direção à freguesia do Pilar, subindo para o Morro de Santa Quitéria, de onde desce diretamente para a freguesia do Antônio Dias, se elevando novamente para o Alto da Cruz, onde vira e sai em direção a antiga Vila do Carmo, atual Cidade de Mariana.

Ainda segundo o autor, a ocupação é maior inicialmente nos extremos desse eixo longitudinal, e após o estabelecimento do centro administrativo no antigo Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes, a ocupação caminha para o centro, o que acaba por unir as duas freguesias, Pilar e Antônio Dias (Figura 01). Assim inicia-se um novo processo de desenvolvimento, com a implantação de novas ruas de forma centrífuga, configurando ramificações e desdobramentos (VASCONCELLOS, 1956).

Figura 01: Estabelecimento de centro no morro de Santa Quitéria 1720-1760.

Fonte: MELLO, 1985, p. 79.

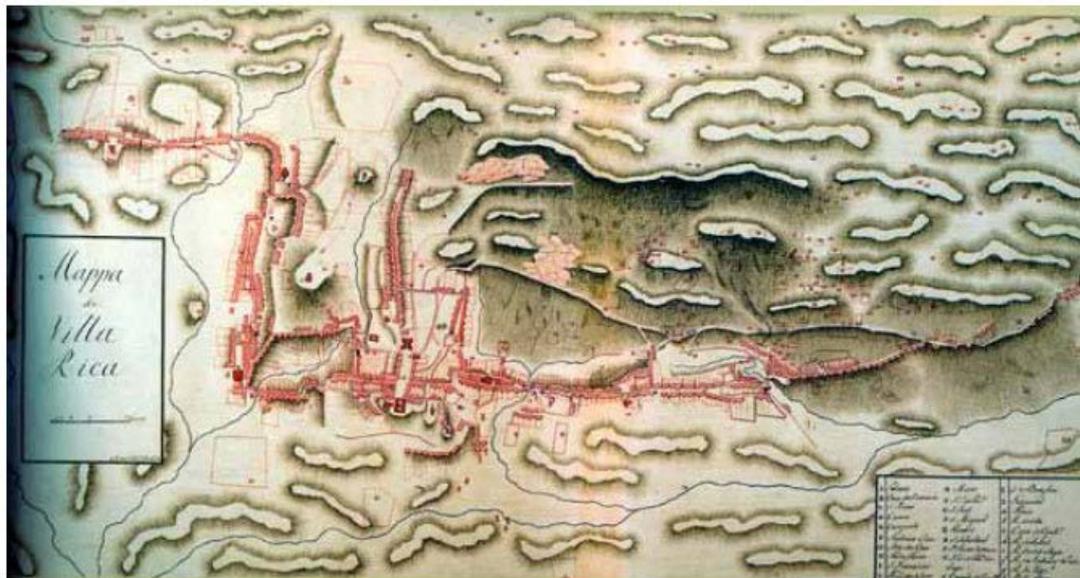


As igrejas foram implantadas em locais de destaque na paisagem e o traçado urbano se configura de forma espontânea e longilínea, apresentando um caráter mais orgânico, se adaptando às condições do terreno, o que confere uma urbanização integrada a paisagem (VASCONCELLOS, 1959). No mapa apresentado na Figura 02 nota-se o traçado mais linear da ocupação na segunda

metade do século XVIII, já apresentando ruas secundárias e a praça administrativa, fruto da união entre duas praças anteriores, no local denominado Morro de Santa Quitéria (REIS, 2000).

Figura 02: Mapa de Vila Rica, cerca de 1775-1800. Autoria: Manoel Ribeiro Guimarães.

Fonte: REIS, 2000, p.215.



Ao descrever a malha urbana, Reis (1968) aponta que os núcleos urbanos menores e antigos se estabeleciam em terrenos acidentados e os arruamentos procuravam uma adaptação a topografia, configurando em um traçado irregular. Entretanto o autor reconhece a organização dos espaços através de ruas que ligam pontos de maior interesse, geralmente praças. Descreve ainda as praças como elementos focais no plano urbanístico, e local de instalação das construções oficiais e religiosas, atividades recreativas e também do comércio.

Estudos morfológicos apontam tipos básicos de construção e processos evolutivos, destacando as construções em "parede meia", geralmente sem afastamentos frontais e laterais, implantadas em terrenos longos e estreitos, como acontece na antiga malha urbana de Vila Rica. Vasconcellos (1968), explica que a razão do agrupamento das edificações e configuração do terreno ocorre para melhor aproveitamento de uma única rua.

Esse traçado urbano possui raiz nas cidades medievais, cujos eixos principais se direcionam para entrada e saída do sítio urbano, estabelecendo uma hierarquização do arruamento, onde as ruas principais correspondem a maior dimensão das quadras, criando-se assim caminhos transversais para acesso a ruas secundárias em fundos de quarteirões (TEIXEIRA, 2012).

Santos em seu livro "Formação de cidades no Brasil colonial", ao analisar em 1968 as cidades de origem portuguesa como Ouro Preto, parece compreender a importância do seu traçado como expressão cultural ao descrever que:

É naquela aparente desordem, que leva a admitir, como o fez o eminente historiador patricio, a inexistência de um traçado prévio ou de uma idéia diretriz, existem uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade. Genuinidade como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida [...] (Santos, 2001, p. 18).

Para se estudar as formas urbanas no Brasil colonial, é necessário voltar ao capítulo "O sementeiro e o ladrilhador" de Sérgio Buarque de Holanda (2004) escrito em 1936. Em uma primeira interpretação da obra, ressalta-se o rigor do urbanismo castelhano, em estabelecer um plano regular, seguindo as "Ordenanzas sobre descubrimiento nuevo y poblacion", em contraposição à ocupação na colônia portuguesa, com uma implantação não planejada e irregular. Essa leitura comparativa foi assimilada por alguns autores, levando a interpretações inadequadas das cidades portuguesas.

Fonseca (2011) considera que embora "O sementeiro e o ladrilhador" seja um clássico, em parte o estudo pode ser considerado "superado e plenamente datado" e que parte das afirmações são aplicadas apenas aos primeiros trinta anos de ocupação. Aponta ainda que o próprio Sérgio Buarque de Holanda, modifica sua abordagem e reconhece políticas de urbanização na cidade de Salvador, em publicação na década de 1960.

Novos rumos são dados a esse debate, e a historiografia contemporânea não corrobora com a acusação de "desleixo" pelos portugueses, quando Holanda (2004) descreve, em estudos de 1936, que a construção de suas cidades não tinha rigor e não seguia nenhum método. Entretanto, vale destacar na obra a leitura positiva que se faz, quando considera que a cidade se "enlaça" na paisagem, ao reconhecer a adaptação às condições topográficas.

Ao analisar o tecido urbano da antiga Vila Rica e seu eixo estruturador se reconhece a incorporação de aspectos físicos territoriais do sítio, onde se explora pontos elevados e linhas articuladoras. Exemplo marcante de uma linha articuladora é a Ladeira de Santa Efigênia (Figura 03), que interliga o antigo arraial do Antônio Dias a um ponto dominante na paisagem, onde se instalou a Capela de Santa Efigênia. Essa análise é feita com base nos conceitos apresentados por Teixeira (2012, p.14) quando descreve que "a cidade portuguesa é sempre pensada no sítio e com o sítio, atendendo muito de perto as características físicas do território em que se constrói." O autor defende ainda que o traçado urbano, embora não seguisse princípios rígidos, geraram cidades "estruturadas e hierarquizadas, facilmente legíveis e paisagisticamente valorizadas".



Figura 03 : Ladeira de Santa Efigênia.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1293>

Sendo assim, de grande importância na constituição do sítio de origem portuguesa era a criteriosa escolha da localização dos edifícios notáveis, como edificações religiosas, políticas e militares, implantadas em local de topografia dominante, conferindo destaque na paisagem, sendo um importante aspecto na organização e hierarquização dos espaços (TEIXEIRA, 2012). Analisando

antigas fotos da cidade de Ouro Preto datadas do século XIX, Figuras 04 e 05, percebe-se a imponência das igrejas e capelas na composição da paisagem, além da importância da paisagem ambiental como moldura desse cenário.

Figura 04: Ouro Preto, panorama da freguesia do Pilar, anos 1870.

Fonte: Acervo Museu da Inconfidência.

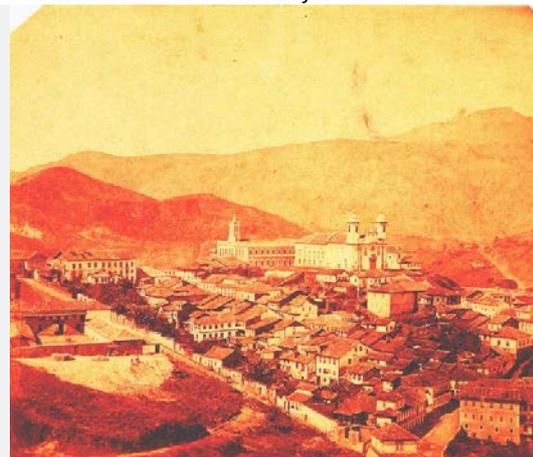
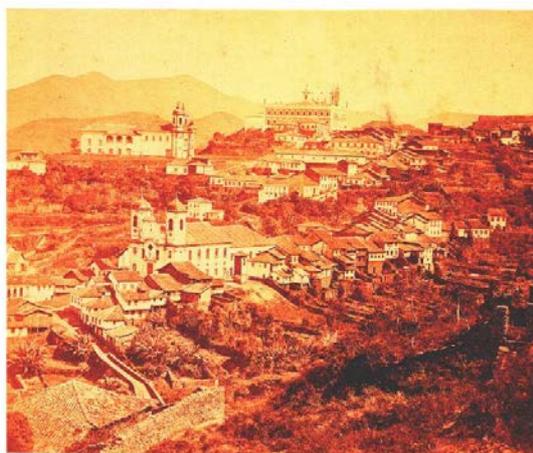


Figura 05: Ouro Preto, panorama da freguesia de Antônio Dias, anos 1870.

Fonte: Acervo Museu da Inconfidência.



Acredita-se também que não foi por acaso que os prédios administrativos foram implantados no antigo Morro de Santa Quitéria, ponto mais alto do eixo denominado caminho tronco por Sylvio de Vasconcellos. A partir dos estudos apresentados por Teixeira (2012), entende-se que os pontos dominantes, em geral recebem estruturas institucionais e funcionais, que em conjunto com suas ruas de ligação, formam os elementos estruturantes da paisagem. Segundo o autor, esses espaços se constituem em elementos de referência na definição do tecido urbano, sendo que:

era a partir deles que se organizavam o sistema de percursos e a lógica de organização da cidade, e era também em articulação com esses edifícios que se fazia a estruturação dos espaços urbanos, por meio do alargamento de ruas ou da construção de praças a eles associadas, orientando ruas em sua direção ou estruturando eixos polarizados por tais edifícios localizados em seus extremos (TEIXEIRA, 2012, p. 72).

Cabe destacar a importância da Câmara na regulamentação dos espaços públicos, buscando sempre que possível diminuir a irregularidade na implantação dos edifícios (FONSECA, 2011). Um incêndio no bairro de Ouro Preto em 1714, foi a oportunidade para regularização e arruamento, recuando casas, para conformação de praça em frente a Matriz do Pilar (VASCONCELLOS, 1956).

O antigo Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes, passa por regularização e transformação urbanística promovida pela câmara, por volta de 1797, após a construção da nova Casa de Câmara e Cadeia (VASCONCELLOS², 1806; apud FONSECA, 2011). A partir de uma análise morfológica, percebe-se que a mesma não possui regularidade precisa em seu traçado, o que pode ser notado no mapa da Figura 07, nem sequer nas ruas que convergem para o local, gerando perspectivas diferenciadas, como bem descreve Santos (2001) em seus estudos de 1968.

² VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes.

Em relação a irregularidade das praças antigas, Sitte (1992) em seu texto escrito em 1889, atribui este conceito à Idade Média, e ressalta a sua naturalidade, que para o autor "reforçam o caráter pintoresco do conjunto", além de favorecer efeitos arquitetônicos, através da relação da praça e de seus edifícios, o que estabelece seu caráter artístico. Santos (2001), em sua comunicação intitulada Formação de Cidades no Brasil Colonial, escrita em 1968, compara a atuação dos medievais com as cidades coloniais brasileiras, destacando que nas cidades mineiras a irregularidade soma-se aos efeitos proporcionados pela topografia, o que confere perspectivas diferenciadas em relação aos ângulos de visada.

Reis (1968) além de descrever o estabelecimento das instituições religiosas nos primeiros povoados, destaca sua função pública administrativa, considerando a união da Igreja e do Estado. Marx (1989) ao descrever o aspecto necessariamente religioso do período colonial, aponta que as normas eclesiásticas eram precisas e predominantes, regulamentando e gerindo os espaços urbanos.

Ao analisar as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, escrita em 1707 (VIDE, 1853), livro IV, título XVII, Da Edificação, e Reparação das Igrejas Parochiaes, observa-se entre outras normativas, que as igrejas deveriam ser implantadas em locais altos e inseridas em adros, espaços livres que favorecessem procissões e festas religiosas, como podemos verificar na imagem da Matriz Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, Figura 06.



Figura 06: Matriz Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1293>

Marx (1989, p.7) descreve que as normas eclesiásticas foram substituídas pelas civis, e segundo o autor "muito difusas e casuísticas até recentemente, são agora únicas, porém nem sempre prestigiadas". Segundo o autor com a independência temos a queda das Constituições do Arcebispado da Bahia e com a instauração da República o predomínio das políticas públicas municipais, que para Marx não acompanha os aspectos dinâmicos do cotidiano nas cidades.

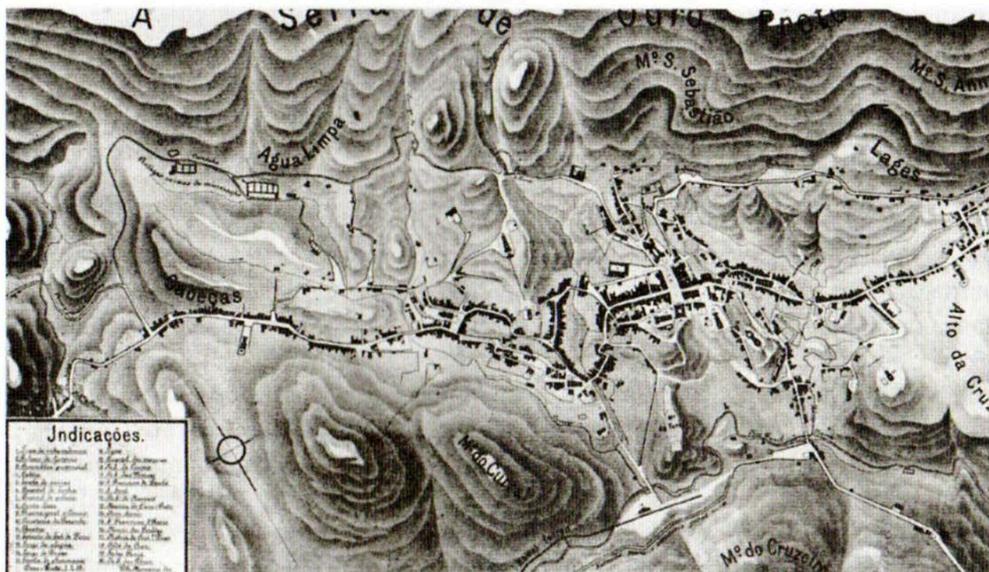
A análise de Murillo Marx pode ser considerada atual, quando se estuda a realidade da cidade de Ouro Preto. Percebe-se que as normas civis, constituídas pelo Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo e a Portaria do IPHAN nº 312 de 2010, não promovem uma efetiva preservação da paisagem urbana, ambiental e cultural. E pode-se afirmar que o tombamento como instrumento de preservação não se apresenta de forma eficaz, sendo necessário o estabelecimento de novas ações e mecanismos de gestão, instrumentalização e conservação dos núcleos urbanos patrimoniais.

Após a consolidação de seu tecido urbano, Figura 07, a cidade de Ouro Preto se mantém praticamente inalterada ao longo do século XIX. Com a transferência da capital para Belo

Horizonte, instalada em 12 de dezembro de 1897 (SILVEIRA, 1926), a cidade de Ouro Preto encontra-se em um quadro de abandono, o que de certa forma mantém seu tecido urbano preservado, até a retomada do crescimento econômico a partir da década de 1950. Com o desenvolvimento industrial, início do turismo, criação da Universidade Federal de Ouro Preto em 1969 e, conseqüente aumento da população, tem início a desconfiguração do traçado inicial da cidade de Ouro Preto.

Figura 07: Mapa de Ouro Preto, 1888.

Fonte: Acervo Arquivo Público Mineiro.



A história da evolução urbana de Ouro Preto demonstra o quadro desolador das ocupações, inclusive em áreas de encosta, em terrenos geologicamente instáveis, em áreas arqueológicas e de preservação ambiental. Soma-se a essas questões, o comprometimento à paisagem urbana, considerando a importância da conservação da paisagem cultural do centro histórico como conjunto patrimonial de interesse arquitetônico, histórico, arqueológico, urbanístico, ambiental e paisagístico. As Figuras 08 e 09 retratam uma vista do bairro de Antônio Dias, sendo possível observar a ocupação na encosta do Bairro Vila Aparecida.

Figura 08: Bairro de Antônio Dias na década de 1940.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 194[]



Figura 09: Bairro de Antônio Dias

Fonte: Anderson Tomé, 2014



Outro fato é a desenfreada ocupação do fundo de quadra, o que desconfigura os remanescentes do traçado urbano colonial, com seus lotes estreitos, compridos, com áreas verdes na parte posterior do terreno, como se pode notar em imagens do Bairro Antônio Dias, Figuras 10 e 11.

Sabe-se que hoje o traçado original se perde em meio a expansão urbana, ocupações e novos parcelamentos, que não estabelecem relação ao antigo núcleo urbano. As construções religiosas, antes pontos de referência e destaque, se misturam a uma nova configuração e ambiência. Tornam-se necessários estudos que reconheçam este Núcleo como Paisagem Cultural e viabilizem instrumentos para preservação dessa Paisagem como Patrimônio.

Figura 10: Bairro de Antônio Dias na década de 1940.

Fonte: Acervo Luiz Fontana

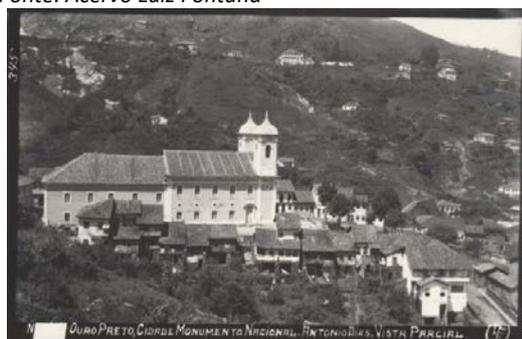


Figura 11: Bairro de Antônio Dias

Fonte: Anderson Tomé, 2014



Neste contexto, torna-se necessário se posicionar em relação ao conceito de Paisagem Cultural, através da "Nova Geografia Cultural", que para além de aspectos materiais e morfológicos, incorpora os valores simbólicos da paisagem, conforme analisado anteriormente. Esta abordagem se diferencia ao entender a subjetividade da questão e as possibilidades de leitura e significado em relação aos diversos atores, sendo necessário tratar o patrimônio utilizando de conceitos de memória e identidade, considerando apropriação e formas de produção.

A COMUNHÃO DO ESPAÇO SACRALIZADO E DO ESPAÇO PROFANO E A RESIGNIFICAÇÃO PELOS SUJEITOS AO LONGO DA HISTÓRIA

Sitte (1992, p.27 e 30), em sua publicação em 1889, descreve a "vivacidade da vida pública nas praças livres" e naquele período evidencia a necessidade de "esclarecer os aspectos artísticos desta questão, bem como identificar com precisão o que ainda pode ser resgatado, em nosso benefício, das belezas dos conjuntos urbanos antigos, conservando-as ao menos como patrimônio".

Ao analisar os conceitos apresentados por Camilo Sitte percebe-se que o autor se preocupa com a preservação do patrimônio material, expressa no caráter artístico da arquitetura e de sua relação com o ambiente urbano. A análise aqui apresentada pretende avançar nestes conceitos, reconhecendo os aspectos simbólicos, a identidade e a apropriação dos sujeitos como agentes transformadores desses espaços, reconhecendo a importância da Preservação deste Patrimônio como Paisagem Cultural.

Besse em publicação no livro "Paisagem Patrimônio" reconhece que não devemos separar as paisagens dos eventos cotidianos, entendendo que a mesma precisa ser lida não apenas a partir

de aspectos materiais e formais e de sua "imagem mental, social, cultural projetada para o mundo exterior", mas também a partir do ser humano e de sua relação com a paisagem:

é nesta perspectiva que a problemática do viver pode trazer elementos de resposta. E, mais precisamente, a concepção da paisagem como espaço e como espaço-vivido ou, de modo simétrico, a ideia de que paisagem é a forma espaço-temporal segundo o qual o habitar humano se desenvolve no mundo (BESSE, 2013, p.34).

Em seu livro *Cidade Brasileira*, Marx (1980) apresenta a importância dos largos formados no entorno dos edifícios importantes e a conformação do tecido urbano a partir dos caminhos, que levam à esses locais. Esses espaços públicos em sua origem se revelam como suporte ou mesmo palco de festas religiosas, procissões, feiras e, como destaca o autor, "pretexto de encontro", ao definir a praça:

logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas. (...) A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas (MARX, 1980, p.49).

Marx (1989) ao analisar as transformações do "espaço urbano público brasileiro", constata que gradativamente, os locais que em sua origem possuíam essência religiosa, portanto sagrada, entram em processo de laicização, no entendimento que os acontecimentos religiosos foram se distanciando da vida cotidiana, ou mesmo que, as apropriações e ocorrências passam a adquirir um caráter de natureza mundana.

Certamente, esse fenômeno se manifesta na cidade de Ouro Preto. Ao vivenciar os adros de Capelas e Igrejas nota-se o aspecto laico e profano de seu cotidiano. Entretanto, estes mesmos espaços continuam a receber em calendário anual a realização de festas e manifestações religiosas, que se configuram como expressão de seu Patrimônio imaterial. Sendo assim, esses largos e praças se tornam em determinados momentos palco e suporte de uma manifestação sacra.

Norberg Schulz (2006) apresenta o lugar a partir de uma abordagem fenomenológica, através da *Estrutura do Lugar* e de seu Espírito. Para o autor a *Estrutura do Lugar* deve ser entendida como "paisagem" e "assentamento" e analisada a partir de categorias como "espaço", enquanto elementos de fronteira tridimensionais e "caráter", como "atmosfera", ou melhor conceitos físicos que a define. Já o Espírito do Lugar é denominado por ele como *Genius Loci*. Pode-se entender Espírito como a Identidade do lugar, conceito este que o torna único, fazendo com que o indivíduo também se sinta único. Assim sendo, ao se falar de ambiente urbano de uma cidade histórica, este revela o seu caráter, e a partir de suas características, confere Identidade à seus habitantes. A paisagem também possui o seu caráter, que se define através de suas particularidades.

A partir deste conceito, os espaços aqui analisados são vistos a partir de elementos estruturadores, que condicionam a apropriação pelos sujeitos e acabam por estabelecer uma identidade e sua memória. Rossi (2001) em seu livro *Arquitetura da Cidade* indica a percepção do lugar segundo valores e identidades, estabelecidos a partir de aspectos morfológicos, através do tempo e do espaço. Sugere o conceito como contornos familiares e define que:

Esses contornos dizem respeito à individualidade dos monumentos, da cidade, das construções e, portanto, ao conceito de individualidade e a seus limites,

onde ela começa e onde ela acaba; dizem respeito à relação local da arquitetura, ao lugar de uma arte. E, portanto, aos vínculos e à própria particularização do "locus" como fato singular determinado pelo espaço e pelo tempo, por sua dimensão topográfica e por sua forma, por ser sede de acontecimentos antigos e novos, por sua memória (Rossi, 2001, 152).

Quando se analisa o largo em frente à Basílica do Pilar nota-se que a Igreja se estabelece como ponto focal na paisagem urbana. Conforme relato do responsável pela Paróquia, o posicionamento da fachada frontal da igreja foi invertido para resolver o problema de velas que eram apagadas pelo sentido do vento. Trata-se de um exemplo, onde a atividade religiosa condicionou um traçado urbano. Atualmente neste largo, conformado pelo casario, prevalece atividades cotidianas essencialmente comerciais e turísticas, além de local de passagem, sendo o espaço ocupado diariamente por carros. Em datas específicas o local, de forma transitória, adquire caráter sagrado, como nas celebrações da Semana Santa, Figura 12, onde todo o percurso da procissão, no Domingo da Ressurreição, é enfeitado por tapetes de serragem. Ainda sobre o largo em frente à Basílica do Pilar, nota-se a ocorrência de eventos profanos como o Carnaval, Figura 13, com o desfile do bloco Bandalheira, ou mesmo a apresentação da Orquestra de Ouro Preto, quando o espaço urbano se transformou em julho de 2016 em uma sala de espetáculo ao ar livre.

Figura 12: Celebração da Semana Santa em frente Basílica do Pilar.

Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br> - Foto Neno Vianna.



Figura 13: Desfile do Bloco Bandalheira durante o carnaval.

Fonte: Arquivo Público de Ouro Preto



As figuras 14 e 15 retratam o Largo de Coimbra, onde sem dúvida a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, estrategicamente posicionada, estabelece perspectiva variada em função da localização e topografia, se apresentando de forma imponente e referencial na paisagem. Entretanto, este talvez seja o maior exemplo da comunhão entre o espaço sagrado e o profano na cidade de Ouro Preto, e que de certa forma faz referência a algumas das características marcantes da sua apropriação inicial.

Em sua comunicação de 1968, Santos (2001), assim como diversos outros autores, Reis (1968), Marx (1980) e Teixeira (2012), descreve a praça do período colonial como local de reunião e manifestação cívica, religiosa e recreativa. Considerando o Largo de Coimbra como uma extensão do Adro da Capela de São Francisco de Assis, o que de fato foi em seu passado quando não havia definição e limites de calçamento, percebe-se que o uso do local é variado, com forte tendência na prevalência das atividades "mundanas", como a feira de pedra sabão, o turismo, o local de passagem e do encontro, agora de caráter laico. As atividades religiosas de apropriação externa se restringem à calendários como a celebração da Semana Santa, Figura 15 .

Figura 14: Largo de Coimbra em dia de Orquestra Ouro Preto.

Foto: Naty Torres



Figura 15: Largo de Coimbra - Semana Santa.

Fonte: <http://mondego.com.br/programacao-da-semana-santa-em-ouro-preto/>



O Congado de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto encontra-se retratado nas Figuras 16 e 17. O Reinado acontece no dia 06 de janeiro, dia dedicado aos Reis Magos e a festa continua durante o mês. Segundo tradição popular, o cortejo era promovido pelo Chico Rei e tinha como propósito devoção aos santos negros como Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, e São Benedito. O Congado, elemento integrante do reinado, simboliza o “cortejo dos negros que reverenciam os santos de devoção, envolvendo a coroação do rei e da rainha do Congo”. Se tornou símbolo da cultura negra e identidade nacional (Ficha de inventário - Acervo do Arquivo Público de Ouro Preto).

A história resgatada há 50 anos é passada “de pai para filho”. Embora tenha aspecto religioso, devoção a Nossa senhora, o grupo não está ligado diretamente a nenhuma Irmandade. O cortejo sai pela manhã da Mina de Chico Rei até a Igreja de Santa Efigênia, seguindo a tarde até a Capela de Padre Faria. As Igrejas de Santa Efigênia e Capela do Padre Faria fazem parte dos bens tangíveis do Congado, sendo fundamentais no contexto e significado religioso da manifestação. De grande importância é a paisagem urbana, como “palco” dessa manifestação popular. De certa forma, o Congado estabelece estreita relação com o patrimônio edificado, reforçando a importância de sua preservação (Ficha de inventário - Acervo do Arquivo Público de Ouro Preto).

Figura 16: Capela do Padre Faria - Congado.

Fonte: Arquivo Público de Ouro Preto



Figura 17: Capela de Santa Efigênia - Congado.

Fonte: Arquivo Público de Ouro Preto



Retomando conceitos apresentados na formação urbana das cidades coloniais, fica claro como os espaços públicos, que inicialmente se constituíam de caminhos, ganharam vitalidade, através de atividades econômicas e sociais. As praças, embora centro de atividades variadas, como o comércio e a recreação, tinha na Igreja a principal protagonista, para onde se convergia a vida

urbana e social daquela época. Segundo Castriota (2003, p. 189): "A regra geral parece ser essa: na trama das nossas cidades, a cada igreja costumava corresponder uma praça, centro de sociabilidade da vida urbana que se formava." A permanência dessas atividades religiosas, mesmo que em um curto período de tempo, reforçam a comunhão do espaço sacralizado, com as atividades profanas e laicas, que prevalecem no cotidiano destes espaços.

Na cidade de Ouro Preto, a Praça Tiradentes, antigo Morro de Santa Quitéria é o único espaço não marcado hoje por uma construção religiosa, embora em representação do século XVIII, Figura 18, seja possível reconhecer a existência de uma capela, hoje demolida, na lateral direita do antigo Palácio dos Governadores. A transferência do governo da capital da cidade de Mariana para a antiga Vila Rica, em 1741 (CASTRIOTA, 2003), marca a instalação no antigo Morro de Santa Quitéria, de um centro administrativo e político, marcado pelo poder local e do Reino. É possível observar como as edificações monumentais, antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência, e antigo Palácio dos Governadores, atual Escola de Minas da UFOP, marcam a especialidade como arquitetura de referência.

Figura 18: Morro de Santa Quitéria – c.1785 – 1790.
Fonte: REIS, 2000.



Figura 19: Praça da Independência – anos 1870.
Fonte: Acervo Museu da Inconfidência.



Figura 20: Praça da Independência - s/d
Fonte: Arquivo Público de Ouro Preto

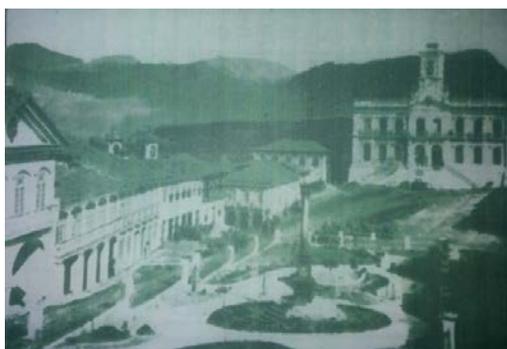


Figura 21: Praça Tiradentes – anos de 1920.
Fonte: Acervo IFAC, Fotografia Luiz Fontana



Figura 22: Praça Tiradentes – 1929.
Imagem: Acervo IFAC, Fotografia Luiz Fontana



Figura 23: Praça Tiradentes atualmente.
Imagem: Priscila Amorim.



Entende-se que a praça ainda mantenha de certa forma seu caráter oficial, sendo local de manifestação pública e política. Entretanto, a sequência das fotos acima, mostra as diversas configurações do espaço ao longo da história, através da ressignificação do mesmo por seus diversos agentes e atores envolvidos. Como bem define Lefebvre em seu livro "A produção do espaço", pode-se dizer que a conformação do espaço ao longo da história se define a partir de suas características e dos meios de produção de uma sociedade ao longo do tempo, conforme descrito a seguir:

pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas (LEFEBVRE, 2006, p.75).

Na Figura 18, registro documental do final do século XVIII, observa-se que a praça possuía uma diferenciação de nível, marcada por um muro de contenção, onde existia um chafariz, equipamento urbano importante e local de concentração de pessoas no período colonial. Já a Figura 19, retrata a Praça da Independência nos idos de 1870, sendo possível verificar a coluna Saldanha Marinho, primeira homenagem aos Inconfidentes, hoje instalada na Praça da Estação. A imagem da Figura 20, sem uma data definida, registra a praça ainda com a coluna Saldanha Marinho, mas reconfigurada em moldes de um jardim de inspiração francesa. Na imagem da década de 1920, a praça aparece com um coreto, Figura 21, e a foto de 1929, Figura 22, retrata dia de homenagem à Tiradentes.

Por fim e voltando ao Largo de Coimbra, aqui considerado extensão do Adro da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, tem-se um exemplo marcante de transformação da paisagem cultural na cidade de Ouro Preto, em espaço ressignificado pelos sujeitos ao longo da história, mas que parece de alguma forma, manter seu caráter de comércio e local de sociabilidade, Figura 24. Ao longo do século XIX existia um mercado, de aspecto rudimentar e características coloniais, tendo sido uma importante parada de tropeiros na região. Conforme descreve Castriota (2003, p. 196): "Naquela região estavam localizados os negócios mais importantes de secos e molhados e gêneros, além de fazendas e armazéns." O autor aponta ainda que a edificação era conhecida como Mercado do Antônio Dias, sendo o mais frequentado da cidade.

Figura 24: Transformações na paisagem do Largo de Coimbra



O Mercado é substituído por uma edificação eclética de características neoclássica no final do XIX, bem ao gosto da época, marcada pelo desenvolvimento e chegada de novos materiais, como se pode ver em registro da primeira metade do século XX. Manteve-se o uso comercial e de local de troca do antigo mercado. Após a criação do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a promulgação do Decreto Lei nº25 de 1937, que estabelece o tombamento como instrumento de preservação, a cidade de Ouro Preto é tombada em seu conjunto e inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes, sendo aqui reconhecido seu caráter artístico.

Sob a justificativa de desobstruir a visibilidade da Capela de São Francisco, também tombada isoladamente, o SPHAN decide por demolir a edificação eclética. Certamente a decisão faz parte de um conjunto de ações promovidas com o intuito de homogeneizar o centro histórico, considerando o caráter idealizado da arquitetura e arte colonial como produção genuinamente brasileira. Decide-se assim pela remoção dessa construção, que para os modernistas, precursores do movimento preservacionista no Brasil, trata-se de uma arquitetura desprovida de significados. A demolição da edificação, coloca em risco também o desaparecimento da memória e identidade do lugar, e de seu caráter social e econômico. Por "ironia do destino", atualmente existe no local uma feira de pedra sabão, mantendo de alguma forma o espírito do lugar, como local de troca e comércio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O traçado urbano de Ouro Preto possui sua gênese nos caminhos que comunicam os arraiais, cujas polaridades consistiam nos adros das igrejas. Sendo assim, pode-se dizer que o sagrado condicionou a formação do núcleo colonial, através de eixos estruturadores que interligaram pontos de importância e referência, buscando se incorporar a topografia. Teixeira (2012, p. 43) bem descreve a "estreita relação entre a estrutura territorial e a estrutura urbana, tornando-se explícitas as relações entre sítio e plano urbano, entre linha natural e via estruturante, entre ponto de inflexão e praça, entre local dominante e arquitetura notável."

Marx (1989) demonstra em seu livro que a cidade de origem colonial deixa de se constituir em um local efetivamente sagrado, e passa a estabelecer novos usos, com a laicização dos espaços públicos, que adquire aspectos "mundanos". Ao analisar o centro histórico de Ouro Preto, embora

a religiosidade ainda seja presente, divide espaço com o profano e perde força. As ruas que em alguns pontos possuíam oratórios inseridos nas esquinas de casas particulares, como objetos de devoção, gradativamente perdem este símbolo e o espírito religioso. Em parte este fenômeno pode ser explicado com a Independência do Brasil, onde gradativamente se incorporam as normas civis e com a Proclamação da República, onde efetivamente ocorre a separação da Igreja e do Estado. O “alinhamento entre o chão de todos e o privado”, conceito introduzido por Marx (1989), que define limites através da incorporação de elementos como calçamentos e equipamentos públicos, acabam por modificar a conformação de percursos, largos e praças.

Ao buscar a resposta das questões apresentadas inicialmente, entende-se que, embora o tema Paisagem Cultural seja complexo, as questões aqui apresentadas contemplam aspectos do Patrimônio Material e Imaterial da Cidade de Ouro Preto, corroborando com os conceitos da "Nova Geografia Cultural". Rossi (2001, p.151) ao ressaltar a importância da arquitetura na conformação de um sítio na história, ressalta a mutação da forma e como 'constituam um "todo" e serviam a um acontecimento, constituindo-se elas próprias em acontecimento', como signo.

Entretanto, é necessário refletir sobre como estabelecer instrumentos para sua preservação, considerando a dinâmica dessa natureza patrimonial, conforme aponta Castriota:

A grande questão, no entanto, no que concerne ao chamado "patrimônio imaterial" parece-nos ser o deslocamento que ele traz ao próprio campo do patrimônio, ao forçar a constatação de que o fim último da conservação não vai ser a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas muito mais a manutenção (e a promoção) dos valores incorporados pelo patrimônio (...) com o advento da dimensão imaterial ou intangível o foco teve que se deslocar necessariamente para o âmbito do que conservar e do porque conservar, o que coloca em cena necessariamente a questão dos valores (CASTRIOTA, 2009, p. 209)

De certa forma a devoção expressa nas festividades religiosas acabam se tornando na cidade de Ouro Preto “instrumento” de preservação. A Semana Santa se mantém de forma “viva” devido a existência das Ordens e Irmandades, que garantem essa importante celebração, como renovação da Fé cristã, além do cotidiano das atividades religiosas. A Preservação das Igrejas sem dúvida é reforçada pela simbologia e ritos religiosos.

Segundo Castriota (2009, p.154), a questão no Brasil passa pela "implantação de políticas imobilistas, que não conseguem reconciliar preservação e desenvolvimento, transformando partes da cidade em verdadeiros open air museums". Em geral os instrumentos de gestão e intervenções em núcleos urbanos, além de não reconhecer a importância da política conjunta entre os órgãos municipais e patrimoniais, geram processos de “Gentrificação”, onde habitantes e práticas cotidianas populares são “expulsas” e substituídas por moradores mais abastados e novas funções, como simulacros culturais turísticos. A cidade acaba por estabelecer uma "vitalidade inventada", através de cenários e de uma nova imagem urbana da cidade. Quando se perde o chamado Genius Loci, ou Espírito do Lugar, o espaço perde seu valor simbólico, sua identidade, expressa nos modos de fazer e saber, celebrações, formas de expressão, entre tantas outras atividades culturais, sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESSE, Jean-Marc. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In CARDOSO, Isabel Lopes. Paisagem Patrimônio. Évora: Dafne Editora/CHAIA, 2013.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. (Org.). Urbanização Brasileira: Redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas e Instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- DRUMMOND, Maria Franceline Silami Ibrahim. (Org.). Ouro Preto cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica. (1711-1911). Ouro Preto: Liberdade, 2011.
- DUNCAN, James. The city as text. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ENGLISH, Paul Ward; MAYFIELD, Robert C. The Cultural Landscape. In: ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. (org.) Man, Space, and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography. New York, London, Toronto: Oxford University Press, 1972, p. 3-9.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e vilas d'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. Cap. 1, p. 3-21.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOMES-MENDOZA, Josefina et al. (orgs.) El Pensamiento Geográfico. Madrid: Alianza, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ªed. 19ªReimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. A Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- MARX, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980. 151 p.
- MARX, Murillo. Nosso chão: do sagrado ao profano. São Paulo: EDUSP, 1989. 219 p.
- MELLO, Susy de. Barroco Mineiro. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. Architecture, Presence, Language, Place, Ed. Skira, Milão, 2000,
- NORBERG-SCHULZ, Christian. O Fenômeno do lugar. In. NESBITT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura. São Paulo: COSAC/NAIFY, 2006.

- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil 1500-1720*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.
- REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da USP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. Tradução Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *Arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- SILVA, Mauro Gil Ferreira; RIBEIRO, Rafael Winter. Debates entre o tradicional e o novo na geografia cultural. *Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 3, 1999, p. 94-114.
- SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
- SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Trad. Ricardo Ferreira Henrique (do original: *Der Stadtebau nach seinen kunstlerischen Grundsätzen*. 4ªed., 1909. Primeira Edição: 1889). São Paulo: Editora Ática, 1992.
- TEIXEIRA, Manuel A. C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Unes, 2012. 195 p.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: Formação e desenvolvimento - Residências*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1956.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Formação das Povoações de Minas Gerais*, in *Arquitetura no Brasil - Pintura Mineira e Outros Temas*. Belo Horizonte: Edições Escola de Arquitetura da UFMG, 1959.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. 1707*. São Paulo: Na Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853.